



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA

IRLA SILVA AVELINO BEZERRA

**A NECESSIDADE EMERGENTE DO PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FOZ DO IGUAÇU
2024

IRLA SILVA AVELINO BEZERRA

**A NECESSIDADE EMERGENTE DO PAPEL DAS MULHERES NEGRAS NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Artigo apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Especialização
pelo Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais para Docentes
de Educação Básica .

Orientador Prof(o) Ramon Blanco

FOZ DO IGUAÇU
2024

A necessidade emergente do papel das mulheres negras nas Relações Internacionais.

Irla Silva Avelino Bezerra¹

RESUMO

O campo das Relações Internacionais, tradicionalmente dominado por perspectivas masculinas e eurocêntricas, tem testemunhado um crescente reconhecimento da importância da diversidade e da inclusão. Nesse contexto, a necessidade de um papel mais proeminente das mulheres negras se torna cada vez mais urgente. Este artigo busca analisar as razões pelas quais a participação das mulheres negras nas Relações Internacionais é fundamental para enriquecer a discussão sobre temas globais e promover uma ordem internacional mais justa e equitativa.

PALAVRA CHAVE: Empoderamento Feminino; Feminismo Negro; Mulheres Negras; Relações Internacionais; Silenciamento.

ABSTRACT

The field of International Relations, traditionally dominated by male and Eurocentric perspectives, has witnessed a growing recognition of the importance of diversity and inclusion. In this context, the need for a more prominent role for black women becomes increasingly urgent. This article seeks to analyze the reasons why the participation of black women in International Relations is essential to enrich the discussion on global issues and promote a more just and equitable international order.

KEYWORDS: Female Empowerment; Black Feminism; Black Women; International Relations; Silencing.

¹ Especializanda em Relações Internacionais para Docentes da Educação Básica pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduada em Licenciatura em Dança pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Arte-educadora no Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos (SCFV) pela Prefeitura do Recife.

Às vezes eu temo escrever.
A escrita adentra o medo
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais
Nesse mundo
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento
Como um corpo fora do lugar
Eu que, enquanto escrevo.
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada,
E, Provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
Eu tenho que fazê-lo
Eu estou incrustada numa história
De silêncios impostos,
De vozes torturadas,
De línguas interrompidas por
Idiomas forçados e
Interrompidas falas
E eu estou rodeada por
Espaços brancos
Onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como na obrigação,
Para encontrar a mim mesma
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto,
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno.
(Grada Kilomba – Enquanto eu escrevo 1)

1 KILOMBA, Grada. *While I Write*. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>.

Acesso
em: 18 jul. 2018, (tradução nossa).

Citação

INTRODUÇÃO

A perspectiva de gênero dentro das Relações Internacionais vem se desenvolvendo no processo onde é recente a consolidação de um substancial papel das mulheres atuando dentro do cenário da diplomacia global, sobretudo atuando além da conjuntura dos direitos humanos ou por ativismos, outrossim pela assunção de cargos de responsabilidade dentro de embaixadas e consulados como cargos de diplomatas e cônsules, ou em lideranças de tribunais internacionais, presidindo conselhos de segurança, comitês para economia, saúde e infraestrutura no âmbito global.

Ganham espaço as teorias do feminismo negro juntamente com a pauta do feminismo em geral, na qual é preciso entrever que nela está contido a crítica de um feminismo negro pela interseccionalidade sobretudo devido a violência psicológica, física, sexual e institucional da mulher negra, e também como um feminismo que difere das mulheres brancas devido aos diferentes graus de silenciamento sofridos pelas mulheres, que constitui na vivência e experiência vivida pelas mulheres negras e unicamente por elas (DAVIS, 1981). A isso pode-se raciocinar o advento da expansão da globalização e na participação da mulher na economia, dado a nova concepção de um mundo mais estreito, pelas novas necessidades das relações da comunicação para tomada de decisões nas diferentes esferas políticas, econômicas, na preservação dos direitos e na manutenção da paz mundial, evidenciando ainda a contradição de como se apresenta a organização que fica a cargo do tradicional patriarcalismo determinado por apenas um determinado gênero, o do homem de raça branca (WILLERS, 2015).

Cabe salientar que desde a formação das Organizações das Nações Unidas (ONU), ao final a Segunda Guerra Mundial em 1945, em um cenário em que não se discute diretamente questões de direitos humanos e sim uma situação para se finalizar conflitos de guerra, todo o contexto de diplomacia se voltou à comunicação e recursos para consolidar uma aliança de países em função do fim da guerra propriamente. Sua antecessora a Liga das Nações já possuía uma estrutura pautada em três eixos, tal qual consistia em: um Conselho Executivo; em uma Assembleia; e no Secretariado. Também foi estabelecido uma Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), na qual a verdadeira intencionalidade seria de impedir também que guerras tal como a Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918,

ocorressem novamente (GARCIA, 2000). Contudo de todos os conselhos e comissões pretendidos delimitou para mulher um papel que no geral fica reduzido a uma condição econômica e de produção dentro das sociedades pela necessidade de manter as fábricas em funcionamento. A ONU tomou uma relevância sem precedentes após a segunda guerra ao passar a tratar de assuntos que propiciam a reconstrução dos países afetados pela guerra e o interesse pelo desenvolvimento das nações emergentes.

A necessidade evidente de uma representatividade do feminismo das mulheres negras é substancial para compreender as relações étnicos raciais suprimidas entre as mulheres negras do continente americano e africano, cabe observar sobremaneira as formas de luta em que as mulheres negras se deparam, formas como o silenciamento ou os silenciamentos dentro do feminismo em geral; a necessidade de se construir e fortalecer as teorias de mulheres negras nas relações internacionais, para se instrumentalizar a prática política; a descrição dos ativismos através de um estudo sobre os povos negros, da mulher negra sua cultura e desafios para o empoderamento e a assunção dentro das relações internacionais e dos direitos humanos.

METODOLOGIA

Busca-se através da autoetnografia descrever as manifestações das quais se originam os silenciamentos tanto de forma física, quando moral e intitucional dos povos negros, especificamente da mulher negra, pela história. Realizando uma análise através de Grada Kilomba (2019) bell hooks (2021; 2019), Cida Bento (2022) e Gayatri Chakravorty Spivak (2018) como forma de referir-se a própria cultura induzindo a conscientização da realidade.

Feminismo: Silêncio, Silenciamento e Subalternidade

Originária do latim *silentu*, o termo silêncio é definido segundo o dicionário Aurélio como “estado de quem se cala; privação de falar; taciturnidade; interrupção de ruído; calada; sigilo, segredo; para mandar calar ou impor sossego” e ganha sentido no meio acadêmico a partir da reflexão sobre o órgão boca, feito pela

pesquisadora negra Grada Kilomba (KILOMBA, 2019). Como afirma Kilomba (2019), ao desenvolver uma reflexão acerca do órgão “boca”, que faz sentido na ideia do silêncio, vê-se a boca um órgão especial que simboliza a fala e enunciação, entretanto, no racismo a boca simboliza a opressão por parte dos brancos no controle a partir da censura.

Historicamente existiu uma ‘máscara do silenciamento’ que “era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa” (Kilomba, 2019, p.33), usada na boca dos negros escravizados como uma forma de impedi-los de se alimentar enquanto trabalhavam nas plantações dos senhores brancos.



Fonte: imagem do livro de Grada Kilomba

A boca está relacionada à comunicação, interação, linguagem, expressão, transmissão de informação e/ou conhecimento. Essa máscara tinha a função de torturar, gerar medo e o ato/atitude de silenciar. O termo silenciar é definido, ainda de acordo com o dicionário Aurélio, como “guardar silêncio, calar-se, a respeito de: prometeu silenciar o assunto; impor silêncio a; calar: a resposta silenciou os descontentes; omitir; guardar silêncio; calar(-se): é preciso silenciar sobre o fato; guardar silêncio”.

A máscara, portanto, levanta muitas questões porque deve a boca do sujeito ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia

o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outro”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredo. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredo como escravização. Segredos como o colonialismo. Segredos como racismo (KILOMBA, 2019, p. 41)

No entanto, impor o silêncio é cortar a alimentação, verdades, sons, comunicação e calar uma raça. A máscara controla o silêncio para que os colonizados não sejam ouvidos, impedindo que o seu lugar seja/fosse questionado para que evidências de uma verdade suja, desagradável e violenta sejam reveladas.

Segundo Kiloma (2019) o medo do branco de que uma raça oprimida por eles revelem fatos da desigualdade social que se perpetuam até o momento atual, o fazem ter um mecanismo de defesa do ego através da negação, culpa e vergonha. Se recusam inconscientemente a reconhecer a verdade e admitir fatores sociais, sentimentos, pensamentos, o estado emocional de culpabilidade ao perceber o seu lugar de privilégio de como foi conseguido historicamente.

O que vemos hoje é o reflexo do silenciamento que pessoas negras sofrem/sofreram. Outras intelectuais, como bell hooks (2021; 2019), Cida Bento (2022) e Gayatri Chakravorty Spivak (2018), usam reflexões que se interligam.

Pode o subalterno falar?

A geopolítica necessita de uma contestação para um pensamento de teoria crítica que possua uma prática intervencionista, a partir do pensamento de Gramsci (1978) compreende-se a tese de uma sociedade cujo o pensamento hegemônico surge a partir de uma educação popular centrada enquanto processo que permite às classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e não simplesmente como um instrumento ideológico

empregado pelas classes dominantes para a conquista ou manutenção de sua hegemonia (BEZERRA; BRANDÃO, 1987). Com isso é possível problematizar também como os sujeitos do Terceiro Mundo são representados no cenário ocidental, tendo em vista que o modo que a produção intelectual é um produto dos sujeitos soberanos ocidentais e torna-se cúmplice do pensamento de interesse econômico. Dessa forma distingue-se os sujeito soberano do sujeito subalterno (SPIVAK, 2010)

O sujeito do discurso dominante utiliza o termo subalterno como definição para sujeito oculto que não possui nenhuma determinação política. Contudo o sujeito da classe subalterna é fundamental para formação do sistema capitalista, nela estão presentes a sociedade civil, cultural e política. A partir de Gramsci (1978) compreendemos uma forma de hegemonia descrita nas formas culturais e políticas que combinadas resulta em uma nova hegemonia, capaz de comportar novas implicações teóricas-políticas importantes para a conquista do poder:

“O conceito leninista de hegemonia indica a função dirigente do partido em sua luta pelo poder ou, também, o papel predominante do proletariado em sua aliança com o campesinato. Além da significação política (o tema da formação de uma vontade coletiva). Pois segundo Gramsci, não pode existir reforma moral e cultural se amplas camadas dos setores populares não se unirem em uma só vontade para lutar contra a classe dominante e, reciprocamente, o partido não pode dirigir tais massas populares se não empreende de reforma moral e cultural” (BEZERRA; BRANDÃO, 1987, p.51)

Esse raciocínio ressalta dentro de Gramsci um conceito de hegemonia para a classe subalterna lutar contra a classe dominante, priorizando o sujeito de cultura e identidade própria dentro do paradigma ideológico social. Contudo é preciso também identificar esses diferentes discursos pois a função de dominação da sociedade política exerce em paralelo uma hegemonia secundária e tendo em vista a sociedade civil hegemônica terá como função secundária a coação.

Em detrimento de toda a análise não se pode deixar de lado as teorias de Marx para o contexto do desenvolvimento de uma consciência política, pois uma hegemonia também pode conter uma incapacidade das classes de valorizar seus próprios interesses, pois muitas das vezes a própria crença em tradições históricas levam os sujeitos subalternos ao conceito patronímico onde o sujeito busca seguir a “Lei do Pai” ou a representatividade advinda de um político (SPIVAK, 2010). Acerca

do sujeito subalterno nas relações Internacionais, a mulher negra ainda se depara com os discursos dos soberanos que diletantemente aprovam apenas seus interesses econômicos em função do Ocidente, pois a mulher negra ainda está acanhada pelos problemas que a tornam terceiro mundista dados as teorias ideológicas estagnadas que priorizam a relação global capitalista de exploração econômica e quais as alianças preferenciais que garantam a dominação geopolítica (SPIVAK, 2010).

Teoria Feminista

O feminismo e suas teorias defendem uma reforma, como nas disputas da ideologia sexista, que permeia o capitalismo, o racismo, que conjectura lutar contra a posição de homens opressores, mas também, como possíveis aliados na luta. Segundo bell hooks (2019), as teorias feministas assim como seu movimento, é umas das frentes de luta em defesa dos direitos humanos e dos movimentos sociais mais atuantes e contundentes hoje na humanidade. Deve-se levar em consideração que esse foi um movimento que não tinha bases definidas em seu início, e isso representava que, entre as próprias mulheres que passaram a desenvolver esses ideais de emancipação sequer elas tinham contato umas com as outras, contudo vale ressaltar que a mulher negra também nesse sentido já era excluída considerada um sujeito de menor saber, e excluída como objeto de conhecimento (VILELA, 2022).

Ainda segundo bell hooks (2019), o feminismo não é protagonizado pelas mulheres dependendo de sua classe social e raça, ou seja, as mulheres que eram silenciadas pela condição de subalternidade que não possuíam nenhuma instrução e que eram forçadas, física, mental e até mesmo espiritual pelo machismo, ainda sim nessa condição não explicitam em teorias feministas de seu surgimento a condição da mulher negra no processo de emancipação. Logo:

As teorias que observam a mulher enquanto sujeitas da própria história utilizam o termo de forma universal, sem se dar conta das inúmeras opressões contra a mulher negra que esse mesmo termo mulher como categoria universal pode conferir. (VILELA, 2022, p.127)

O conceito de raça também vem separar tanto os homens como as mulheres em diferentes setores sociais, como da mulher realizando trabalhos menos arriscados e de preservação enquanto os homens a trabalhos braçais ou políticos (VILELA, 2022). Contudo afirmar que o destino biológico, social, econômico e político da mulher sugere a forma como a mulher tem que assumir seu papel civilizatório, ainda é determinado por um outro, por um homem, e exclui a noção como aponta Simone de Beauvoir de que as mulheres estão em construção (NOGUEIRA, 2017), e que subentende que a sua participação nas camadas econômicas, sociais e políticas são esses constructos que levam as mulheres a ocuparem diferentes espaços, e principalmente sendo pensado para a participação da mulher negra.

Vale lembrar que as teorias feministas têm em seu discurso um predomínio das mulheres brancas, ou pelo menos a grande mídia tende a divulgar dessa maneira, onde se criam diferenças a partir das divisões por raça e classe social, em que muitas não se apoiam mutuamente (HOOKS, 2019). Podemos explicitar da seguinte maneira:

Frequentemente, feministas brancas agem como se as mulheres negras só soubessem da existência da opressão sexista por intermédio delas. Elas acreditam que estão fornecendo às mulheres negras “a” análise e “o” programa de libertação. Não entendem nem podem sequer imaginar que as mulheres negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situação de opressão, geralmente tomam consciência das políticas patriarcais através de sua própria experiência, desenvolvendo por isso a estratégia de resistência (ainda que sem uma base organizada e firme). (HOOKS, 2019, p.39)

O racismo velado em que a sociedade historicamente vem se arrastando, mostra a participação das mulheres negras no feminismo como uma necessidade de se desenvolver uma teoria feminista para as mulheres negras, pois, muitas teorias feministas excluem a participação da mulher negra, já que existe um esteriótipo sobre a raça negra como sendo vulgarizada e marginalizada nas sociedades americanas do norte ao sul, e se estendendo a aspectos de desprezo social, econômico e de produção intelectual pelas teorias advindas de outros continentes de representatividade negra, como o continente africano, ou países que compartilham a ancestralidade negra. Assim a resistência e a teoria que se

fundamenta o feminismo das mulheres negras está entrelaçada a suas experiências e suas vivências construindo uma contra-hegemonia versus o racismo, a diferença de classe e o sexismo (HOOKS, 2019).

Interseccionalidade e as mulheres negras

A violência política que a mulher negra sofre é identitária, devido a outras dimensões que acometem a sua existência, pensar que o racismo não é cotidiano é ofuscar o fato de que ele está presente não somente em espaços exclusivos, mas dentro das bases sociais e históricas do mundo, e que está aquém do que deve ser considerado como a identidade interseccional das mulheres negras (CRENSHAW, 2017).

A mulher negra através da interseccionalidade atinge por sua vez um alcance teórico, metodológico, político e jurídico contra os seus enfrentamentos, sobretudo contra o racismo, isso também coloca a mulher negra em posição de lutar contra o colonialismo se movimentando para as instâncias dos direitos humanos, pela dignidade humana e para a criação de leis antirracistas (AKOTIRENE, 2022).

A forma de Kimberlé Crenshaw (2017) discriminar as fases da interseccionalidade da mulher negra é através da Interseccionalidade estrutural e violência física na área familiar, da qual muitas mulheres sofrem por violência, a não escolarização, o desemprego, que acarreta também a responsabilidade com os filhos, pois muitas mulheres sofrem o abandono do lar por parte dos companheiros, e todas essas demandas juntas a tornam invisibilizadas, o que diferentemente das mulheres brancas que não sofrem discriminação racial para arrumar emprego, ou tem menos dificuldade de obter escolaridade e habilidades de trabalho. A situação estrutural da interseccionalidade frente ao estupro, também mostra que os direitos iguais pela dignidade da mulher negra se diferencia nos tribunais e no tratamento (CRENSHAW, 2017).

Em contrapartida Angela Davis (2018) tem uma crítica em uma dimensão geopolítica, pois enquanto a teoria da interseccionalidade vem a subjetivar o sujeito, ao invés de se concentrar nas leis, no Estado no papel político da mulher, e no combate direto pela decolonialidade, sua crítica visa o descredenciamento de falsas iniciativas internacionais que colocam países como os Estados Unidos, Inglaterra,

dentre outros países da Europa, como controladores de países do continente africano, ou países que tiveram como parte de sua história diáspora africana.

Mulheres Negras nas Relações Internacionais

O termo epistemicídio das teorias feministas das mulheres negras nas relações internacionais, decorre do silenciamento das políticas euro-estadunidense que visam prioridades sobre a história do Ocidente. Assim, países que comandam as Organizações Internacionais e não acolhem o modelo que propicia, a partir das teorias do feminismo das mulheres negras, a possibilidade de se discutir fins de conflitos decorrentes de instituições racistas e patriarcais e, ainda procuram manter o aparelho político racista e patriarcal que é representado em grande maioria pela masculinidade (VILELA, 2022).

O papel da mulher internacional como coloca Vilela (2022), ainda possui suas subdivisões sobre qual a mulher a ser representada para esse modelo, distancia-se da mulher negra devido a negação do seu conhecimento afro diaspórico, configurando um epistemicídio ao lugar da mulher negra pelo campo acadêmica, que ela conquista igualmente, contudo através de suas lutas de resistência. Observa-se aí um problema que se configura na necessidade de debates para entender como a mulher é teorizada no campo das Relações Internacionais, a partir da perspectiva branca.

Vilela (2022) na questão sobre o gênero da mulher feminina e universal, esboça a crítica sobre a divisão de identidades das mulheres nas RI, pois diretamente são consideradas inapropriadas para atuarem no protagonismo patriarcal do sistema internacional. A interpretação apresentada é que tal divisão se dá pelo surgimento do feminismo da qual foi realizada por mulheres brancas, contudo, as mulheres negras eram então escravizadas e mesmo que na luta seja importante a união entre as mulheres negras e brancas, os privilégios ainda são evidentes frente a realidade de cada uma.

De acordo com autores como Arruzza; Bhattacharya; e Fraser (2019), o feminismo atual tem uma necessidade de responder às questões sobre a educação, os direitos humanos, a violência contra a sociedade, o meio ambiente, a xenofobia, o racismo, e os conflitos que geram as migrações de povos afetados de forma mais democrática. E isso abre margem para crítica sobre o capitalismo influenciando diretamente nas democracias, pois trata-se de um sistema que possui uma geopolítica imperialista e tem como tendência a crises e perpetua modelos discriminatórios na sociedade que, de acordo como a necessidade de um feminismo voltado para as minorias, seja capaz de medir forças com as crises capitalistas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

As teorias feministas observam as formas do imperialismo e do neocolonialismo como maneiras de continuar aludindo questões como subalternidade de raça, de condição social e de gênero, e pelas narrativas colonialistas. As disciplinas da Relações Internacionais omitem essas questões e tendem a diminuir a importância do continente africano, inviabilizando sua história, sua narrativa própria e sua participação no cenário mundial (SILVA, 2021). Decerto que essa conduta é hegemônica e já foi denunciada anteriormente por autores afro-diaspóricos, de que o sistema de políticas internacionais são raciais, porque se fundaram pela opressão das raças (SILVA, 2021). Assim, o paradigma vigente é o de sempre silenciar as minorias, a população negra e sobretudo as mulheres negras.

As teorias feministas das mulheres negras seguem a ordem da interseccionalidade e da dimensão global, pois tratam de denunciar as políticas que organizam relações sociais, vinculam as interações de maneira equitativa combatendo o sexismo e a dominação das oportunidades.

Considerações Finais

Fica evidente portanto que a dificuldade maior enfrentada para a condição da mulher negra atuar nas disciplinas das Relações Internacionais são os desafios

originados pelo capitalismo e sua forma tradicional de conduzir políticas globais. A necessidade se dissipa através do rompimento dos paradigmas acerca da historicidade dos povos negros. O silenciamento que perdurou por anos e ainda está entranhado nas condutas sociais e políticas, torna o continente africano e todas as descendências africanas de nações povos subjugados pelo colonialismo e pelo neocolonialismo.

A decolonialidade advém de uma concepção em que é necessário tanto a interseccionalidade das mulheres negras, assim como a crítica dos grupos feministas em sua origem que eram excludentes a elas, e também sobre as críticas de âmbito global sobre os problemas que as Organizações Internacionais, perpetuam através do racismo, da xenofobia, do descaso ao meio ambiente, e dos conflitos que exterminam povos da qual todo um sistema tem considerado subalterno.

Os conflitos que ocorrem no mundo geram uma grave disputa sobre quem deterá o sistema vigente e que possivelmente encerrará esses conflitos, contudo as teorias de emancipação contra os silenciamentos, e as democracias dos povos, são suprimidas pela falta de liberdade que é reforçada apenas a historicidade ocidental que se entende como euro-estadunidense.

Assim a emergência para maior destaque das mulheres negras nas disciplinas das Relações Internacionais está na quebra do paradigma através da sua evidente história de resistência e luta, capaz de transformar a hegemonia tradicional presente na liderança das políticas globais que ruminam nos moldes segregacionistas, assim também como a execução mais efetiva das pautas sobre os direitos humanos da qual se vê a mulher negra surgindo através de muitos silenciamentos, mas com o histórico e registro de luta e resistência tornando sua história um novo modelo para constituição de possíveis novas formas de se adotar políticas globais e constituir uma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%** - um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Aída; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) **A questão política da Educação Popular**. Editora Brasiliense, 7° ed. São Paulo, 1987.

CARVALHO, José Jorge. **O confinamento do mundo acadêmico brasileiro**. PADÊ: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. UniCEUB, FACJS Vol. 2, nº1, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Revista Subjetiva, v. 21, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Boitempo editorial, 2018.

DANTAS, Monique Fagundes. **Ancoradas no corpo, ancoradas na experiência: etnografia, autoetnografia e estudos em dança**. Unimento, V.2, n.27,p 168-183, dezembro 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986). **Novo dicionário da língua portuguesa, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira**.

FORTIN, Sylvie. **Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística**. Revista Cena 7- ISSN 1519-257X, 2010

GARCIA, Eugênio Vargas. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Some aspects of the southern question. In: Selections from Political Writing: 1921-1928**. International Publishers, New York 1978

LIMA, Mario Pereira de Souza. **Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução: Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva. 2019. 254p.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira - 1 ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. **While I Write**. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>. Acesso em: 18 jul. 2018, (tradução nossa).

MEYER, Sandra. **Perspectivas auto-etnográficas em pesquisas com dança contemporânea**. Santa Catarina: UDESC, 2014.

SILVA, Karine de Souza. **Esse silêncio todo me atordoa: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais**. Revista de Informação Legislativa, v. 58, p. 37-55, 2021.

SPIVAK, G. **Pode o Subalterno Falar?**. Editora UFMG, Belo Horizonte, p. 126, 2010.

VILELA, Ananda. **Por que não há teoria feminista negra nas Relações Internacionais?**. Revista Epistemologias do Sul, v. 6, p. 14-285, 2022.

WILLERS, Suzana Franz. **A inserção das perspectivas de gênero nas relações internacionais: os direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas (1975-1995)**. 2015.